

A P R E S E N T A Ç Ã O

Talvez não seja arriscar demais sugerir que o ano de 2017 venha a ser conhecido como um ponto de inflexão no fenômeno da internacionalização do ensino superior no Brasil. Se não no país, pelo menos em Minas Gerais, a mobilização em torno do tema sugere que a internacionalização entrou na pauta dos assuntos estratégicos e urgentes. Em um contexto de recessão econômica e contingenciamento das despesas, houve um redirecionamento do foco, não só em termos de metas, como de formas de financiamento. A mudança de paradigma ficou clara no seminário realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para anunciar o lançamento do Programa Institucional de Internacionalização – CAPES PrInt. Tendo como objetivo aumentar o impacto da produção acadêmica e científica realizada no âmbito dos programas de pós-graduação, o Programa coloca as Instituições de Ensino Superior (IES) como protagonistas do processo e destina a maior parte dos recursos para projetos voltados para o intercâmbio com países de liderança em pesquisa.¹

Diante desse cenário, a elaboração de políticas e planos institucionais de internacionalização passou a ser prioridade no setor acadêmico, mesmo para as universidades brasileiras que já se encontram em um estágio avançado de internacionalização.² Um número significativo de eventos para discutir

1. Segundo anunciado no Seminário “Internacionalização das Instituições de Ensino Superior Brasileira – IES”, realizado pela CAPES no auditório da Faculdade de Medicina da USP em 15 de março de 2017, 70% dos recursos iriam para Programas com notas 5, 6 e 7; de 70 a 80% dos recursos, para intercâmbio com países de liderança em pesquisa.

2. Um levantamento de planos institucionais de internacionalização de universidades brasileiras na web, realizado em agosto de 2017, encontrou pouquíssimos dados. Uma consulta por e-mail às instituições membro da Associação Brasileira de Educação Internacional – FAUBAI solicitando referências a planos institucionais de internacionalização obteve quatro respostas. Dessas, três afirmaram que suas IES estavam em processo de elaboração desses documentos. O único plano recebido foi o da Universidade Federal de Juiz de Fora.

o tema aconteceu ao longo do ano, incluindo cursos, seminários, fóruns e encontros, organizados por universidades, como também por entidades nacionais e estrangeiras interessadas em estabelecer e firmar parcerias. Houve, inclusive, uma iniciativa no sentido de congregar as universidades mineiras para propor à Fundação de Apoio à Pesquisa em Minas Gerais – FAPEMIG a criação de linhas de financiamento específicas para a internacionalização³.

No âmbito do governo do Estado, o Núcleo Mineiro de Internacionalização do Ensino Superior – NUMIES, criado em 2016 pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SEDECTES, publicou, em 2017, seu estatuto, tendo recebido as primeiras adesões por parte das instituições interessadas. A própria estrutura de internacionalização do governo foi reformulada no mesmo ano, com a criação do Núcleo de Relações Internacionais do Estado de Minas Gerais – NRI. Subordinado à Casa Civil e de Relações Institucionais, o Núcleo foi apresentado oficialmente em um evento em que o papel da universidade na internacionalização dos Estados foi ressaltado⁴. Foi também em 2017 que a Fapemig criou o Departamento de Parcerias Internacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em meio à pluralidade de pontos de vista expressos nas apresentações e debates ocorridos recentemente, duas posições se sobressaem. Por um lado, a internacionalização aparece como uma estratégia para transformar conhecimento em riqueza e alavancar o desenvolvimento econômico. Excelência, inovação, ranking, impacto e liderança são palavras-chave nesse discurso, que passa necessariamente pelo idioma inglês, considerado língua franca do conhecimento científico. Por outro lado, a internacionalização surge como oportunidade de aproximação e diálogo entre culturas, contribuindo para promover a solidariedade global. Nesse caso, as palavras-chave incluem

3. Movimento liderado pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, Prof. Dr. Carlos Henrique Carvalho.

4. Segundo a Profa. Dra. Maria Clara Calheiros, da Universidade do Minho, “as cooperações acadêmicas são os braços da internacionalização” e “as universidades são absolutamente indispensáveis na formação do desenvolvimento dos Estados não apenas em nível nacional, mas também em seu relacionamento global”. (CASA CIVIL, MINAS GERAIS, 2017, S/P).

reciprocidade, complementaridade, equidade, inclusão e sustentabilidade, sem uma definição à priori de idioma.

Evidentemente, as duas posturas não são antagônicas. Excelência não é incompatível com reciprocidade e inovação pode gerar empregos, diminuir a desigualdade e afetar positivamente os laços sociais, tanto no âmbito local como em escala mundial. No entanto, o alinhamento mais próximo a uma ou outra orientação implica em diferentes prioridades. As apresentações dos representantes das agências de fomento nos eventos sobre internacionalização não deixam dúvida quanto aos critérios atuais de financiamento. Em um desses eventos, foi elencada uma série de questões fundamentais para pesquisa: do aquecimento global à produção de alimentos, todas eram pertinentes às chamadas “ciências duras”. Ainda mais ilustrativos foram os cases de sucesso apresentados: todos referiam-se a projetos envolvendo inovação e tecnologia. Quando questionado, o palestrante não conseguiu se lembrar de qualquer projeto de internacionalização na área das ciências humanas que tivesse sido financiado pela agência que dirigia.

Se os exemplos práticos apontam exclusividade para a abordagem de internacionalização comprometida com o desenvolvimento econômico, em tese as duas linhas deveriam coexistir. Entre as recomendações para a internacionalização elencadas no Relatório Final 2016, da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG-2011-2020, consta: “manter o foco da internacionalização na busca constante da excelência acadêmica”. Ao mesmo tempo, o documento aponta a necessidade de “identificação de formas de inclusão das áreas de humanidades e sociais aplicadas neste esforço e respectivo apoio no processo de internacionalização” (2017, p.23). Quanto aos parceiros, a Comissão preconiza colaborar com nações amigas:

Nem toda ação de internacionalização deve se pautar pela busca de conhecimentos em países mais adiantados. É também estratégico para a inserção internacional do país a cooperação solidária com nações amigas. Os laços criados com o apoio ao desenvolvimento dessas nações e na formação de seus quadros científicos e tecnológicos são importantes no posicionamento do Brasil na geopolítica internacional (2017, p.26).

Existe, portanto, espaço para propor planos e projetos que combinem diferentes orientações. No entanto, articular os diferentes anseios da comunidade acadêmica em torno de temas prioritários para a internacionalização, como exigido no Edital CAPES PrInt, não é uma tarefa fácil. Não por acaso surgiram tantos eventos em torno da internacionalização do ensino superior em 2017. Conhecer o que está sendo feito em outras instituições e ouvir especialistas no campo pode contribuir para eleger prioridades e estruturar um plano coerente com o perfil da universidade e alinhado com as demandas e oportunidades de financiamento.

No âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais, o I Fórum de Internacionalização da UEMG – Diretrizes e Estratégias, realizado entre 30 de outubro e 1º de novembro do ano passado, cumpriu esse papel. Estruturado em um duplo formato, o evento congregou especialistas na área de internacionalização, dirigentes de agências de fomento, colaboradores internacionais, docentes, discentes e funcionários da instituição. No primeiro dia foram apresentados panoramas e perspectivas que envolvem os processos de internacionalização em duas mesas-redondas. No segundo e terceiro dias, convidados externos e docentes de diferentes unidades e áreas da comunidade acadêmica da UEMG se reuniram em seis Grupos de Trabalho para debater princípios, objetivos, prioridades e estratégias para subsidiar a construção da Política e do Plano Institucional de Internacionalização da UEMG.

Essa coletânea reúne parte dos trabalhos apresentados no Fórum, artigos derivados das discussões elaboradas nos GTs e colaborações de convidados que não puderam estar presentes ao evento, mas que generosamente aceitaram contribuir com suas reflexões sobre o tema. A organização do livro em três partes reflete uma lógica semelhante à que estruturou o Fórum. Na Parte 1, são discutidos diversos aspectos da internacionalização das IES, que acentuam tanto seu caráter multifacetado e heterogêneo, como seus pontos de convergência.

No Capítulo de abertura, Juliana Souza delinea os conceitos de internacionalização, seus contextos e sua significância para as IES na contemporaneidade. Seu texto enfatiza também a importância de uma instância crítica a respeito da “geopolítica do conhecimento”, cujo panorama evidencia os

desequilíbrios gerados pela desigualdade dos processos de internacionalização das instituições pelo mundo. Esse contexto geopolítico produz categorizações em relação à produção e divulgação do conhecimento, as quais estabelecem divisões como eixos Norte-Sul e relações de superioridade e subalternidade no que tange a uma geografia das instituições, níveis de internacionalização e relações interinstitucionais.

Esse debate é aprofundado no capítulo seguinte, no qual Florence Sidney, Lorenzo Gontijo e Rita Carvalho discutem como essas relações geopolíticas influenciam, em um contexto global, o processo de internacionalização das instituições de ensino e propõem um enfoque no qual esse processo seja compreendido a partir de um “sistema-mundo” que estabelece zonas de influência e atuação dos países, o centro, a semiperiferia e a periferia. A partir dessa perspectiva Centro-Periferia, os autores identificam uma correlação entre os níveis de internacionalização das IES e o lugar que ocupam nesse sistema-mundo. O Brasil, localizado no plano periférico dessa geopolítica, demanda de suas IES estratégias de internacionalização que visem superar os desequilíbrios e fragilidades desse posicionamento.

É dentro desse cenário que o Capítulo 3, de Míriam Jorge, aponta alternativas para a implementação de uma cultura e atitudes em relação ao processo de internacionalização que procurem refletir sobre modelos testados e utilizados em outros contextos e que possam ser adaptados às necessidades e realidades locais. Embora a visão clássica da internacionalização como mobilidade acadêmica para o exterior já esteja desmistificada pelos estudiosos da área (Knight, 2012; Hudzik, 2014), essa perspectiva ainda é muito valorizada pelas instituições periféricas, que consideram estratégico o envio de seus colaboradores, principalmente para as instituições do Centro, de forma a estabelecer parcerias que impliquem em avanços significativos para a pesquisa, ensino e ranking de publicações. Em sua discussão sobre as premissas da Internacionalização em Casa (IeC), a autora destaca a construção da internacionalização do currículo em contextos locais sob um prisma abrangente, que envolva, além da óbvia inserção de temas internacionais e interculturais na proposta curricular, novas abordagens pedagógicas que auxiliem na absorção e compreensão dessas novas dimensões nas disciplinas,

bem como o envolvimento da comunidade na promoção dessas interações interculturais.

No Capítulo 4, Ariana García Becerril e Eduardo Aguado López retomam a discussão sobre a geopolítica do conhecimento ao apresentarem o Sistema de Informação Científica Redalyc, criado em 2003 com o intuito de aumentar a visibilidade da produção científica Ibero-americana. Os índices elaborados pelo Redalyc avaliam a internacionalização da produção científica ao identificar sua origem, seu local de publicação e a dimensão internacional dos envolvidos em sua elaboração, examinando os tipos de produção, autoria e coautoria e os níveis de internacionalização dos periódicos. A lógica dessa construção dos indicadores é demonstrada tomando-se como exemplo periódicos da área de artes. Ao focar na indexação de periódicos editados por instituições da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, o Redalyc apresenta-se como uma importante e necessária alternativa aos sistemas de indexação do eixo norte, questionando sua hegemonia e oferecendo outras possibilidades de avaliação da produção do conhecimento.

A Parte 2 reúne textos produzidos no âmbito de dois Grupos de Trabalho. O Capítulo 5, assinado por Juliana Branco, Lorna de Azevedo, Márcia Hino e Wagner Corradi resulta dos debates desenvolvidos sob o tema “Colaboração internacional como estratégia para inovação”. O texto destaca a importância do uso das tecnologias digitais como forma de alavancar ações educacionais que contribuam para o processo de internacionalização das IES. Essa é uma questão cara à UEMG, visto seu formato multicampi: além das quatro unidades em Belo Horizonte, estamos presentes em quinze municípios do interior. Em um estado com as dimensões de Minas Gerais, isso significa polos a mais de 600 km de distância da capital. Nesse contexto, o investimento em tecnologias de comunicação à distância reveste-se de caráter estratégico, permitindo que os esforços no sentido de ampliar a inserção da comunidade acadêmica em redes nacionais e internacionais de cooperação caminhe paralelamente à criação e fortalecimento de redes internas de colaboração e pesquisa, um movimento fortalecendo o outro.

Os três próximos capítulos foram escritos no âmbito do GT “Idiomas como premissa para internacionalização”. No Capítulo 6, Beatriz Rodrigues

ressalta as questões que envolvem a elaboração de uma política linguística para as IES com foco na internacionalização. No Capítulo 7, Delzi Laranjeira apresenta a proposta elaborada pelo GT para a implantação de um plano para o ensino de línguas para a UEMG sob a perspectiva da internacionalização abrangente, considerando também as dimensões sociais e culturais associadas ao processo de construção de sentidos. No cenário da globalização e internacionalização, a língua inglesa é, reconhecidamente, a língua franca circulante. Considerando esse quadro, o artigo de Leonardo Soares discute os aspectos teóricos, procedimentos e dificuldades na implantação de cursos de Inglês para Fins Acadêmicos (IFA) nas instituições de ensino superior.

A Parte 3 apresenta um conjunto de cinco artigos sobre projetos de cooperação internacional, cobrindo diferentes áreas do conhecimento – educação ambiental, ensino de artes, design, ecologia e ecossistemas. A leitura dos textos deixa evidente como as áreas do conhecimento operam sob lógicas distintas.

No campo da educação, ensino, pesquisa e extensão aparecem imbricados em um trabalho que, muitas vezes, envolve parcerias entre universidade e instituições e atores fora da academia. A busca pelo conhecimento corre paralela com a preocupação social, com repercussão para ambas as dimensões. As diferenças culturais precisam ser objeto de diálogo, de forma a estabelecer princípios e objetivos comuns. Os projetos dependem fortemente do empenho individual de pesquisadores e colaboradores, que encontram dificuldades para conseguir financiamento e apoio institucional. Se por um lado, isso resulta em grande liberdade para os envolvidos, por outro ameaça a consolidação e a continuidade do trabalho.

Essa descrição se aplica ao projeto desenvolvido por Lana Siman, Barbara Bader e Isabella de Carvalho, tema do Capítulo 8. A trajetória de cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Educação da UEMG, o Grupo de Pesquisa Polis Mmenosine e a Université Laval Québec, do Canadá, ilustra bem a complexidade dos processos de construção de parceria no campo da educação. Iniciado no final de 2013, o projeto envolve ensino, pesquisa e extensão, tendo como foco a percepção de moradores adultos e jovens

estudantes sobre as condições ambientais do Rio Sabará, localizado na cidade de mesmo nome.

Os quatro projetos de arte e educação apresentados por Teresa Eça, no Capítulo 9, também se encaixam na descrição de parcerias internacionais na área de educação. Tendo em comum uma estrutura rizomática, eles resultaram da iniciativa de professores de diferentes origens – Japão, Brasil, Letônia, Portugal e Espanha – e alcançaram um número expressivo de colaboradores de vários países. Apoiada em sua ampla experiência internacional como presidente da Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual (APECV) e como presidente da Sociedade Internacional de Educação através da Arte (InSEA), Eça analisa metodologias de organização, implementação e divulgação de trabalhos internacionais em rede envolvendo universidades, escolas, museus, associações profissionais e científicas e comunidade.

O Capítulo 11, escrito por Chiara Colombi e Paola Bertola, relata a criação do Programa em Design de Moda no Politécnico de Milão (POLIMI) e a parceria dessa universidade italiana com o Instituto de Tecnologia da Moda, da Universidade do Estado de Nova Iorque (FIT). Fruto de estratégias institucionais de internacionalização, essa colaboração tem como objetivo destacar os dois parceiros no cenário do ensino superior global na área de design. Com perfis complementares, ambos se beneficiam com a parceria: o POLIMI oferece como atrativo sua atenção à inovação e sua proximidade com a indústria italiana de moda; em contrapartida, o FIT está mais próximo da tradição do artesanato. Nesse sentido, o intercâmbio favorece a formulação de metodologias didáticas inovadoras e contribui para o desenvolvimento industrial e comercial das regiões onde estão sediadas as duas universidades.

Se a conexão entre academia e mercado dá o tom da internacionalização do ensino superior na área de design, no campo das ciências duras outros fatores conformam a dinâmica de cooperação. No Capítulo 12, Vaneska Korasaki e Rodrigo Braga destacam a importância dos grupos de pesquisa no fortalecimento de parcerias internacionais. Segundo os autores, uma rede de colaboração tem início com parcerias de âmbito local, passando a regional, depois nacional, até chegar à escala internacional. Os programas de pós-graduação desempenham um papel importante nesse movimento, pois seus

egressos tendem a levar as parcerias de pesquisa quando se integram ao corpo docente de outras IES. Nesse processo, a rede de interações se intensifica, resultando em um crescimento exponencial de projetos, publicações e novas parcerias. Korasaki e Braga apresentam exemplos de estudos com foco na ecologia e conservação de recursos naturais que ilustram esse ciclo virtuoso, todos envolvendo um número expressivo de pesquisadores de diversas instituições e com financiamento de órgãos de fomento nacionais e internacionais.

No Capítulo 13, Thiago Pereira, Carlos Schaefer, Ivan Almeida, Felipe Simas e Márcio Francelino relatam o processo de consolidação do Núcleo Terrantar, que tem como objeto de estudo os ecossistemas terrestres da Antártica. Sua atuação teve início nos anos 2000, através de um projeto de pesquisa que obteve financiamento junto a um edital do CNPq. Com recursos para pagamento de bolsas, custeio de análises, apoio logístico, publicação em periódicos de alto impacto e participação em eventos científicos internacionais, o projeto ganhou visibilidade e ampliou sua rede de atuação, aproximando-se de outros grupos de pesquisa. À medida que o projeto crescia e obtinha financiamentos mais generosos por meio de participação em outros editais, a equipe de pesquisadores aumentava. Nesse processo, a publicação conjunta com outros grupos de pesquisa nacionais e internacionais foi acontecendo “quase naturalmente”. Atualmente, além de uma sólida rede de colaboradores brasileiros e sul americanos, o Terrantar tem parceria com grupos neozelandeses, portugueses, ingleses, australianos e norte-americanos.

Embora os exemplos de cooperação internacional citados na Parte 3 do livro cubram apenas uma fração do amplo espectro de possibilidades de colaboração no âmbito do ensino superior, sua apresentação evidencia a necessidade de prever formas de financiamento e apoio para a internacionalização das ciências humanas, como recomendado no Relatório Final 2016, da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPQ 2011 – 2020. Essa e outras questões discutidas nessa coletânea, como a geopolítica de construção do conhecimento, o conceito de internacionalização em casa, o potencial das novas tecnologias para induzir a formação de redes de colaboração e a importância do domínio de idiomas estrangeiros inspiraram a elaboração da Política e do Plano Estratégico de Internacionalização da UEMG.

Apresentada como anexo nesse livro, a Política de Internacionalização define princípios e objetivos que se alinham com o perfil multicampi, democrático e diverso da Universidade do Estado de Minas Gerais. Sua resolução foi aprovada em 7 de maio de 2018 pelo Conselho Universitário, enquanto o Plano Estratégico de Internacionalização, que estabelece metas, ações e indicadores para os próximos cinco anos, ainda se encontra em processo de tramitação. A expectativa é que os dois documentos criem uma base sólida para a operacionalização da missão de “promover a internacionalização da UEMG de forma sistemática e sustentável, na busca da excelência acadêmica, da disseminação do respeito à diversidade cultural e da valorização dos contextos locais”.

Esperamos que essa coletânea possa contribuir para o engajamento efetivo da comunidade acadêmica no processo de internacionalização da UEMG. E, também, que seja útil para pesquisadores e instituições de ensino superior interessados em elaborar suas políticas e planos de internacionalização.

Rachel de Sousa Vianna

Delzi Alves Laranjeira

REFERÊNCIAS

CASA CIVIL. MINAS GERAIS. Governo de Minas Gerais promove o diálogo com o exterior em Belo Horizonte. 29 ago. 2017. Disponível em: < <http://www.casacivil.mg.gov.br/index.php/component/gmg/story/4517-governo-de-minas-gerais-promove-dialogo-com-o-exterior-em-belo-horizonte>> Acesso em 2 jun. 2018.

COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PNPG – 2011-2020.

Relatório Final 2016. Brasília: CAPES, fevereiro de 2017. Disponível em:

< <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/231117-Relatorio-PNPG-Final-2016-CS.pdf>> Acesso em 5 mai. 2018.

HUDZIK, J. K. Comprehensive internationalization: institutional pathways to success. (Internationalization in Higher Education Series). New York: Routledge, 2014.

KNIGHT, J. Student mobility and internationalization: trends and tribulations. Research in Comparative and International Education, v. 7, n° 1, 2012. p. 20-33